

**CURSO ONLINE
EM TEMPO REAL**



con
treinamentos

FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONFORME NOVA LEI Nº 14.133/2021

Como realizar a Licitação e fiscalização
de obras públicas com a nova Lei de
Licitações?



ANDRÉ BAETA



**AO VIVO NOS DIAS:
11 E 12 DE ABRIL**

**#EU
ME
IMPORTO**

Apresentação

Passados mais de 27 anos após a edição da Lei 8.666/1993, o Congresso Nacional aprovou a Lei 14.133/2021, que promete revolucionar as contratações governamentais.

O texto aprovado contém 194 artigos e revoga inteiramente a Lei de Licitações e a Lei do Pregão, além de revogar os arts. 1º a 47 da Lei do RDC.

Os procedimentos licitatórios, notadamente de obras públicas, sofrerão marcantes mudanças. Primeiramente, é formalmente instituída uma fase preparatória, na qual se privilegia o planejamento. Nela, prevê-se a compatibilização com o plano de contratações anual, que incentiva os entes federativos a alinhar seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

Além disso, na fase preparatória, faz-se necessário o estudo técnico preliminar, que exige a demonstração do interesse público e fornece base ao prosseguimento da licitação, caso esta seja viável.

No que tange ao processamento do certame licitatório, a grande mudança é a inversão de fases, tornando regra que a habilitação seja aferida somente após o julgamento, reduzindo o tempo e o trabalho do gestor público, que não mais é obrigado a avaliar a habilitação daqueles que não contratarão com o Poder Público.

FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONFORME NOVA LEI Nº 14.133/2021

Alteram-se também as modalidades de licitação. Permanecem a concorrência, o concurso e o leilão, porém são excluídos a tomada de preços e o convite. Ademais, são incorporados o pregão e o diálogo competitivo, que é uma das principais novidades da nova lei.

Na obras públicas, destaca-se a possibilidade de haver uma matriz de alocação de riscos no edital, bem como novas disposições sobre o seguro-garantia, prevendo, inclusive, que a seguradora, no caso de inadimplemento pelo contratado, assumirá a execução e concluirá o objeto do contrato.

Diante do exposto, o presente treinamento vai explorar a nova lei, com destaque para a sua aplicação para as obras públicas e serviços de engenharia, área de especialização do nosso palestrante, professor André Baeta.

Além das inovação já mencionadas, o treinamento ora proposto vai analisar todas as mudanças ocorridas na legislação, organizando-se a apresentação em função das fases do certame licitatório, iniciando pelas novidades na etapa de planejamento da contratação, passando pelas regras procedimentais do processamento da licitação e, posteriormente pela etapa de execução contratual.

PÚBLICO ALVO:

Gestores e fiscais de contratos, membros de comissões de licitação, procuradores e advogados públicos, pregoeiros, comissões de apoio ao pregoeiro, advogados, auditores e servidores de órgãos de controle interno e externo, gestores públicos em geral, servidores em geral que atuam nos processos de licitações pública, ordenadores de despesa, auditores e servidores dos Tribunais de Contas e do Controle Interno, membros dos Ministérios Públicos e Magistrados, servidores dos órgãos jurídicos, fornecedores e prestadores de serviço, Prefeitos e servidores das Prefeituras Municipais, demais profissionais interessados no assunto.



CARGA HORÁRIA
16 horas

Ministradas em dois dias corridos

Especialistas



André Pachioni Baeta

André Pachioni Baeta é engenheiro graduado pela Universidade de Brasília. Desde 2004, exerce o cargo de Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, atuando na fiscalização e controle de obras públicas. Participou, como integrante da equipe de auditoria ou como supervisor da fiscalização, de diversas auditorias de obras públicas.

Atualmente, exerce a função de Assessor em Gabinete de Ministro do TCU.

É autor ou coautor das seguintes obras:

- Livro “Orçamento e Controle de Preços de Obras Públicas”, publicado pela Editora Pini em 2012.
- Livro “RDC – Regime Diferenciado de Contratações Públicas – Aplicado às Licitações de Obras e Serviços de Engenharia”, publicado pela Editora Pini em 2013, atualmente na terceira edição (2016).
- Coautor do Livro “Pareceres de Engenharia”, publicado pelo Clube dos Autores, em 2016.
- Coautor do Livro “Lei Anticorrupção e Temas de Compliance”, 2ª Edição, publicado pela Editora Juspodivm, em 2016.
- Coautor do Livro “Terceirização, Legislação, Doutrina e Jurisprudência”, publicado pela Editora Fórum, editado pela Editora Fórum em 2017, atualmente na segunda edição (2018).
- Coautor do Livro “Novo Regime Jurídico das Licitações e Contratos das Empresas Estatais”, da Editora Fórum (2018).

Conteúdo Programático

O Planejamento das obras públicas segundo a nova Lei

- O plano anual de contratações,
- O Gerenciamento de riscos das obras públicas e serviços de engenharia.
- A elaboração de estudo técnico preliminar
- Regras sobre a orçamentação de obras públicas e serviços de engenharia
- Critérios de aceitabilidade de preços
- Nova base nacional de notas fiscais eletrônicas
- Definições e conteúdos do termo de referência, do anteprojeto, do projeto básico e do projeto executivo.
- Vedação aos autores dos projetos
- O que são obras e serviços de engenharia “comuns” e “especiais” no âmbito da Lei 14.133/2021? Quais impactos a classificação da obra em comum ou especial trará no processamento do certame?

Tópicos sobre o Processamento da Licitação

- Fases do processo de licitação: preparatória; divulgação do edital; apresentação de propostas e lances; julgamento; habilitação; recursal; e homologação
- O que muda na habilitação dos licitantes?
- Modalidades de Licitação
- Critérios de Julgamento
- Instituição do diálogo competitivo como modalidade de licitação
- Inversão de fases de habilitação
- Modos de disputa aberto e fechado e combinação dos modos de disputa
- Intervalo mínimo da diferença entre os lances
- Negociação de condições mais vantajosas
- O novo portal de contratações públicas
- Prazos mínimos de publicação dos editais
- Procedimentos auxiliares (credenciamento, sistema de registro de preços, cadastramento, catálogo eletrônico de padronização e PMI)

Novidades específicas sobre as licitações de Obras e Serviços de Engenharia

- Os regimes de execução contratual na nova lei
- A contratação integrada e semi-integrada
- Regime de fornecimento e prestação de serviço associado,
- O seguro garantia com cláusula de retomada
- Novas regras de exequibilidade e aceitabilidade das propostas
- Adoção preferencial da Modelagem de Informação da Construção (BIM) ou de tecnologias similares que vierem a substituí-la;
- O uso do sistema de registro de preços para contratação de obras
- O procedimento de manifestação de interesse
- Como fica o pregão para a contratação de obras e serviços de engenharia?
- O uso do Sinapi e demais parâmetros previstos sobre orçamentação das obras
- Disposições sobre a contratação de projetos e outros serviços de engenharia consultiva
- Previsão de matriz de riscos, possibilitando a alocação objetiva de riscos entre as partes
- Possibilidade de o construtor contratado atuar no licenciamento ambiental e na desapropriação
- Possibilidade de exigência de certificação por organização credenciada pelo INMETRO como condição para aceitação de estudos, anteprojetos, projetos básicos e executivos; conclusão de fases ou de objetos de contratos; e adequação do material e do corpo técnico apresentados para fins de habilitação

Fase de execução contratual

- Quais as hipóteses e o que muda na celebração dos aditivos contratuais?
- Suspensão dos contratos e atrasos os pagamentos pela Administração

FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONFORME NOVA LEI Nº 14.133/2021

- Mecanismos de consensualismo previstos na lei (conciliação, mediação, comitê de resolução de disputas e arbitragem);
- Prazos de vigência contratual;
- Disposições e regras acerca das prorrogações de contratos;
- Contratos de eficiência;
- A elevação dos valores de garantia contratual;
- Regras sobre reajustamento dos contratos
- Uso da remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado

Investimento



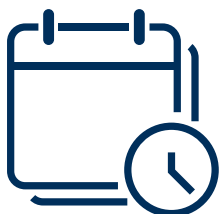
R\$ 1.890,00

(um mil, oitocentos e noventa reais)

*- A CON treinamentos oferece propostas personalizadas para capacitação de grupos e equipes.
Entre em contato com nossas consultoras.*

- A CON Treinamentos se reserva do direito de cancelar ou reagendar data/horários de realização do curso, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos. Permanecendo isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).

Data



**AO VIVO NOS DIAS:
11 E 12 DE ABRIL**

Início 8h30 às 12h00 e das 13h00 às 17h30;



**CARGA
HORÁRIA**
16 HORAS



**MATERIAL
DIDÁTICO
COMPLETO**

Material incluso

- > Material de Apoio - digital;
- > Certificado de capacitação e aperfeiçoamento profissional registrado em cartório;
- > Acesso de 20(vinte) dias ao curso após a capacitação (liberação até 7 dias após o termino da capacitação)

Sugestões técnicas – REAL TIME

Requisitos de processador e RAM

- Dual Core 2 GHz de frequência ou superior (i3/i5/i7 ou equivalente da AMD)
- Memória RAM 4.0 GB
- Internet de 5MBs (de preferência por cabo)
- Alto-falantes e microfone integrados ou conectados via USB ou Bluetooth sem fio.
- Webcam comum ou em HD integrada ou conectada via USB.
- Antes da capacitação verificar com a TI do seu órgão se existe algum bloqueio ao software ZOOM.

Inscrição e Pagamento

A inscrição poderá ser efetuada pelo telefone **(41) 3068-3858**, através do e-mail **contato@contreinamentos.com.br** ou pelo nosso site **www.contreinamentos.com.br**.

O pagamento deverá ser realizado em nome de Connect On Marketing de Eventos Eireli, CNPJ 13.859.951/0001-62 nos seguintes bancos:



Banco nº 001

Ag. 3041-4 C/C 125211-9



Banco nº 341

Ag. 0615 - C/C 21708-0

**Se preferir entre em contato com nossa
central de relacionamento:**



**Central de
Relacionamento:**
(41) 3068-3858



(41) 9 9514-1110

contato@contreinamentos.com.br

Acompanhe nossas Redes Sociais:



@contreinamentos